



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**QUEDAS DO IGUAÇU**  
GESTÃO 2009/2012



**LEI N. 556**

**Data: 01/04/2009**

Súmula: Define valor para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,


**L E I:**

Art. 1º - Para fins de expedição de requisição de pequeno valor, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, no âmbito do município, fica estabelecido como valor máximo para pagamento o correspondente a 10 (dez) salários-mínimos.

Parágrafo Único – Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no caput.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE ABRIL DE 2009.

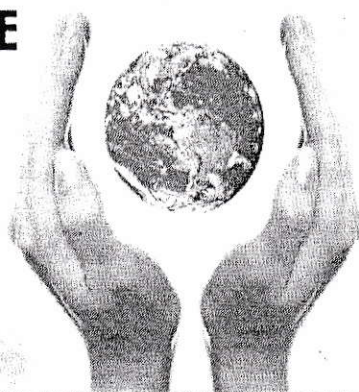
  
EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO  
Prefeito Municipal

# Publicação Oficial

**PRESERVE O QUE  
É NOSSO...**

**Preserve a Vida!**

**Correio**  
DO POVO DO PARANÁ



LEI N. 558  
Data: 01/04/2009

Súmula: Considera-se passível de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Para fins de declaração de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, no âmbito municipal, além da observância da legislação vigente, deverá ser observado que o bem desapropriado seja utilizado para alguma das seguintes hipóteses:

- a) o socorro público em caso de calamidade;
- b) a salubridade pública;
- c) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- d) a assistência pública, as obras de higiene e recreação, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- e) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;
- f) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização, o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;



- g) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;
- h) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- i) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outras bens móveis de valor histórico ou artístico;
- j) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e memoriais;
- k) espaços destinados a práticas desportivas e de lazer;
- l) outros casos previstos por leis especiais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE ABRIL DE 2009.

EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO  
Prefeito Municipal



§ 1º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

§ 2º - Os membros do Conselho previstos no caput, serão indicados até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores.

I - pelo dirigente do órgão municipal e das entidades de classes organizadas, nos casos das representações dessas instituições;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, se houver, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades do âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando houver, ou através de reunião com a participação dos próprios servidores;

§ 3º - São impedidos de integrar o conselho a que se refere o caput:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do prefeito, vice-prefeito, e dos secretários municipais;

II - testamenteiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;



IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

§ 4º - O presidente do conselho prevalece no caput, por seus pares em reunião colegial, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo municipal.

§ 5º - O conselho do Fundo atua com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 6º - A atuação dos membros do Conselho do Fundo:

- I - não será remunerada;
- II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade do testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades ao conselho, e sobre as pessoas que lhes confiem ou deles recebem informações;

IV - vota, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato.

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atua;



b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição do conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

§ 7º - Ao conselho incumbe, ainda, supervisionar o ensino escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo.

§ 8º - Ao conselho incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 9º - O conselho do Fundo não contará com estrutura administrativa própria, incumbindo ao Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do conselho e eleger ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo conselho.

Art. 3º - Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos a conta do Fundo, assim como os referentes às despesas realizadas ficam permanentemente à disposição do conselho, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo, e serão-lhe dada ampla publicidade, inclusive por meio eletrônico.



Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, solicitada por 1/3 de seus membros, ou pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 394, 15 de março de 2007.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE ABRIL DE 2009.

EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO  
Prefeito Municipal



LEI N. 558  
Data: 01/04/2009

Súmula: Define valor para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Para fins de expedição de requisição de pequeno valor, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, no âmbito do município, fica estabelecido como valor máximo para pagamento o correspondente a 10 (dez) salários-mínimos.

Parágrafo Único - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exonerante a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no caput.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE ABRIL DE 2009.

EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO  
Prefeito Municipal



CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANTAGALO, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.279.981/0001-13, e representada pelo Prefeito Municipal, Sr. PEDRO CLARISMINHO BORELLI.

CONTRATADA: CLARTANA LINHARES, RG nº. 6.2. CPT/PR-01619510.

DATA E ASSINATURA DO TERMO: 26 de março de 2009.



EXTRATO DE CONTRATO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: "Aquisição de uniformes para os Ativos Abertos Regionais da Contratante - JARCAH".

Contratante: MUNICÍPIO DE CANTAGALO, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.279.981/0001-13, e representada pelo Prefeito Municipal, Sr. PEDRO CLARISMINHO BORELLI.

Contratado: GILTON MUZZOLON, CNPJ nº. 08.911.111/0001-13.

Valor: R\$ 4.797,00 (quatro mil, setecentos e noventa e sete reais).

Valor: R\$ 4.797,00 (quatro mil, setecentos e noventa e sete reais).

Data de assinatura do contrato: 02 de abril de 2009.

Por: Comissão de Cantagalo - Paraná.



AVISO DE LICITAÇÃO

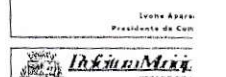
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2009

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, modalidade Tomada de Preços, tipo menor e acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/90, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, para a aquisição de materiais de consumo em quantidade de 100 (cem) unidades de cada item, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Edital, para a aquisição de materiais de consumo em quantidade de 100 (cem) unidades de cada item, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Edital.

A abertura será realizada em 28 de abril de 2009, às 14h, no Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, Rua 15 de Novembro, 1475, CEP: 83.200-000, Fone: (41) 3636-1475.

O Edital e seus anexos estão à disposição, na sede da Prefeitura Municipal de Cantagalo, Rua 15 de Novembro, 1475, CEP: 83.200-000, Fone: (41) 3636-1475.

Edson Jucemar Hoffmann Prado, Prefeito Municipal.



LEI N. 558  
Data: 01/04/2009

Súmula: Define valor para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Para fins de expedição de requisição de pequeno valor, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, no âmbito do município, fica estabelecido como valor máximo para pagamento o correspondente a 10 (dez) salários-mínimos.

Parágrafo Único - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exonerante a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no caput.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE ABRIL DE 2009.

EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO  
Prefeito Municipal

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, modalidade Tomada de Preços, tipo menor e acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/90, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, para a aquisição de materiais de consumo em quantidade de 100 (cem) unidades de cada item, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Edital, para a aquisição de materiais de consumo em quantidade de 100 (cem) unidades de cada item, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Edital.